

KÁSSIL FLAMEL NUNES GONÇALVES SILVA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PAPEL DA FAMÍLIA E DAS EMPRESAS NA
ESCOLHA PROFISSIONAL DAS MULHERES TRANS: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA**

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2017

KÁSSIL FLAMEL NUNES GONÇALVES SILVA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PAPEL DA FAMÍLIA E DAS EMPRESAS NA
ESCOLHA PROFISSIONAL DAS MULHERES TRANS: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção do título de Graduação em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Mestre Thércia Lucena Grangeiro Maranhão

**JUAZEIRO DO NORTE
2017**

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PAPEL DA FAMÍLIA E DAS EMPRESAS NA ESCOLHA PROFISSIONAL DAS MULHERES TRANS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA

Kassil Flamel Nunes Gonçalves Silva¹

Thercia Lucena Grangeiro²

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre o papel da família e das empresas na escolha profissional das mulheres transexuais, onde irá ser abordado o papel das instituições governamentais frente a descriminalização e a sua inserção no mercado de trabalho, enfatizando a importância de medidas eficientes para a garantia de cidadania e da dignidade humana. Paralelamente ao estudo um relato de experiência, do estágio supervisionado em psicologia realizado com alunos do ensino médio que permitiu o trabalho abordar a visão dos alunos frente a realidade social, acadêmica, familiar e profissional desse sujeito trans, enfatizando a importância do núcleo familiar frente a escolha profissional e a responsabilidade das organizações para que esse sujeito possa seguir uma carreira assertiva livre de qualquer discriminação.

Palavras-chaves: mulheres transexuais, escolha profissional, família, mercado de trabalho.

ABSTRACT

The present paper deals with a study on the role of family and business in the professional choice of transsexual women, in which the role of government institutions towards decriminalization and their insertion in the labor market will be addressed, emphasizing the importance of measures guaranteeing citizenship and human dignity. Parallel to the study was an experience report, supervised psychology internship with high school students that allowed the work to approach the students' view of the social, academic, family and professional reality of this trans subject, emphasizing the importance of the family nucleus against professional choice and the responsibility of the organizations so that this subject can follow an assertive career free of any discrimination.

Keywords: transgender women, professional choice, family, job market.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo acerca da representação social das mulheres transexuais; enfatizando que a mesma nada mais é do que nossa percepção de si dentro do contexto social em que estamos inseridos (SANTOS, 2015). Conforme Walchelke (2007), a

¹ Graduado do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. E-mail: kassilflamel@hotmail.com

² Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio; Mestre em Ciências da Saúde. E-mail: thercia@leaosampaio.edu.br

representação social tem como conceito, a ciência de que o sujeito se constrói perante as formas e pensamentos atribuídos pela própria sociedade de acordo com o que nos é fornecido diante dos estímulos externos. Dessa forma, a sociedade impõe regras e o sujeito submete-se ou não a tais, conforme sua personalidade, seus princípios e bem estar psicossocial.

O governo federal, frente ao combate à discriminação e homofobia aborda temáticas e iniciativas com o intuito de trabalhar frente a inserção dos transgêneros no mercado de trabalho, podendo abrir caminhos para amenizar essa desigualdade social, obtendo seus direitos e deveres impostos na sociedade da qual estão inseridos. Tendo em vista que os mesmos não são de fato realizados, pois existe uma ineficiência na inserção, por falta de acesso ao mercado de trabalho e direitos não legitimados. Sendo que, segundo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2004, p.11), o papel primordial é a educação e a mudança de comportamento de gestores públicos, para que haja de fato uma mudança, para melhor inserção das mulheres transgêneros no meio social, facilitando a suas vidas como um todo. Amparando a discursão o Conselho Federal de Psicologia vem orientar os psicólogos a fazerem seu trabalho de forma ética, assim como manda o código de ética profissional, direcionando o psicólogo a realizar seu atendimento de forma humanizada prestando a liberdade e cidadania com base nos direitos humanos (CFP, 2005).

Consequente, a abordagem sobre a papel da família frente a escolha profissional revelou que é neste cenário que o sujeito deve ter o maior suporte na construção social e discernimento para realizar escolhas e seguir uma carreira profissional que lhe traga satisfação (SANTOS, 2005). Tendo em vista que a vivência pacífica com os familiares, acarreta valores e o apoio para que o sujeito consiga ter um posicionamento sensato diante dos estigmas sociais que provavelmente enfrentará na sua trajetória profissional.

O trabalho, é sem dúvida, um dos pilares da vida em sociedade, contudo, a realidade profissional do sujeito trans é, em sua maioria, inexistente e diante disso Vasconcellos (2014) assevera que as empresas têm um papel fundamental na tentativa de inclusão desses sujeitos em qualquer área profissional, construindo uma seleção baseada no indivíduo através de suas competências, sem que sua identidade seja ~~ponto~~ reconhecida como critério eliminatório diante da possibilidade de contratação.

O escopo abordado neste artigo, tem como objetivo principal evidenciar a problemática que o sujeito trans vem vivenciando diante da sua escolha profissional. Partindo dessa

perspectiva, tendo como objetivos específicos deste estudo, conscientizar o meio social, acadêmico e empresarial, sobre as dificuldades e barreiras que as mulheres trans enfrentam frente ao preconceito e discriminação existente; analisando a responsabilidade da empresa e família na inserção profissional da mulher trans no mercado de trabalho; refletindo sobre a responsabilidade social em tornar a sociedade mais justa e igualitária.

2. METODOLOGIA

O artigo é um relato de experiência do estágio supervisionado em gestão que ocorreu no IFCE, na cidade de Juazeiro do Norte-CE. O desenvolvimento da pesquisa se deu através da explanação da visão de alguns autores aqui apresentados de forma mais clara possível para evidenciar a importância da representação social do papel da família junto com as empresas. A pesquisa procurou por meio de artigos e revistas, obter embasamento teórico sobre a temática, sendo nas bases de dados do Scielo, PePSIC e BVS para fomentar a pesquisa bibliográfica. O relato de experiência, vincula as experiências captadas com a aprendizagem científica (GIL, 2008).

A experiência foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), na cidade de Juazeiro do Norte, com quarenta alunos do 3º ano do ensino médio. O estudantes foram convidados a participarem de uma roda de conversa debatendo sobre o tema título, objetivando a compreensão interação do grupo focal para obtenção dos diversos pontos de vista. Sendo dessa forma, “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 267). Considerando que, o relato foi essencial para a elaboração e contextualização do objeto e entendimento dos muitos discursos e perspectivas sobre a proposta apresentada.

A roda de conversa por ser um instrumento de trabalho que consiste na formação do diálogo por meio de troca opiniões e conhecimentos, estimula o sujeito a partilhar informações e reflexões acerca do que está sendo abordado (TAJRA, 2015). Desse modo, o conteúdo advindo do relato dos alunos, foi de essencial importância para fomentar as discussões grupais.

Mais do que um instrumento de coleta de dados, a roda de conversa proporciona um espaço de discussão, promovendo avanços na aprendizagem do sujeito por se tratar de uma

prática pedagógica (MELO, 2014). Assim acredita-se em sua fidedignidade na coleta de informações.

3. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Segundo Wachelke (2007), a representação social tem como preceito a noção de que o sujeito se constitui através de características e pensamentos construídos pela própria sociedade, construindo sua representação social em contraste aos estímulos externos que o enquadra em um pensamento social dominante. Esse processo advindo da relação, sujeito e meio, apropria-se dos processos cognitivos, fortificando o suposto de que a representação social não é nada mais que uma criação do senso comum, assim como a criação de uma ideologia, imagem social, entre outros, o que deve acabar de vez com o preconceito dentro das organizações.

Já Santos (2013), vem ressaltar que a representação social advém da nossa naturalidade. A capacidade humana de compreender o ambiente, decodificar o que ele nos traz como informação, proporcionando a compreensão do que somos e onde estamos inseridos. Sendo assim, toda representação se dá em torno de um ponto específico ou de uma representação principal que acarretará em suas características de representação.

A representação do sujeito como sendo de caráter primário no contexto social, pode ser entendida nas relações sociais em decorrência das produções subjetivas que estão atreladas as representações expostas no contexto social que o sujeito está inserido (SANTOS, 2015).

O objetivo das representações sociais, consiste em colocar em prática a comunicação entre os objetos, o que resulta na construção de grupos ligados por características de suas representações, fortalecendo ainda mais o comportamento adquirido pelo grupo (WACHELKE, 2007). Nesse contexto podemos compreender que os grupos sociais estão interligados aos símbolos e comportamentos adquiridos por todos que compõem um determinado grupo, caracterizando o comportamento dentro do fazer social.

Na perspectiva da representação social, podemos ressaltar a responsabilidade social empresarial, como sendo o vínculo que as empresas têm com a sociedade, aumentando conforme as mudanças sociais e conforme as expectativas que uma tem para com a outra (BERTONCELLO, 2007). Assim, logo que a sociedade vai sendo desenvolvida, as empresas por sua vez, devem acompanhar essas mudanças e estar sempre em processo de atualização. Desse modo, podemos incluir a responsabilidade sócio empresarial para fortalecer a iniciativa das empresas frente inserção das mulheres transexuais no mercado de trabalho, orientando de forma assertiva, uma profissão ou trabalho que gere além da satisfação, a identificação

necessária para que o sujeito tenha a oportunidade de seguir uma carreira profissional satisfatória.

O que as organizações devem compreender como responsabilidade social é que como instituição social, deve abordar a responsabilidade social, elucidando que para atingir o sucesso, as organizações devem satisfazer os interesses sociais, e que toda organização por sua vez aborde sempre a responsabilidade social empresarial (BERTONCELLO, 2007). Vale ainda ressaltar que a imagem da instituição cria um valor ainda maior com essas atitudes, comprovando que a responsabilidade social é também um ótimo investimento. Por fim, o amadurecimento desta visão ainda deve ser compreendida por muitas empresas para que possamos viver em uma sociedade melhor e mais justa, respeitando a liberdade de gênero de todos.

4. IDENTIDADE DE GÊNERO

Segundo Araujo (2005), na gramática a palavra gênero vem traduzida como feminino e masculino, mais com o passar dos anos, na atualidade, vem sendo vista de vários outros modos, dentre eles como a diferenciação do sexo de modo biológico e também literário para as feministas, onde a cultura também é inserida. Podemos perceber à partir desse contexto, que o conceito de gênero vem sendo visto e modificado a cada geração pois, o ser humano está em constante atualização e com eles os conceitos gramaticais.

Para Vasconcellos (2014), a visão binária de que existe apenas dois tipos de gêneros é fruto da cultura onde vivemos, onde o gênero é visto apenas de modo biológico, mas é notório que o indivíduo possa nascer com o sexo feminino e se identificar com o gênero masculino. Desse modo, podemos entrar no conceito de explanação das diferenças de gênero, de orientação sexual e do sexo biológico, mecanismos para compreendermos a diversidade de gênero ao todo, e não apenas feminino e masculino.

Araujo (2005), declara que o estudo de gênero foi ampliado graças a busca pelo conhecimento das feministas, e assim como o seu conceito, ele pode ser empregado para uma nova política que avalie as diferenças e igualdades diante o nossa vivência e transformações dentro da sociedade. Sendo assim, o conceito de gênero vai além de masculino e feminino, afasta-se do conceito biológico e passa a ser utilizado como objeto de luta por igualdade e retirada do poder masculino centralizador do meio social.

De acordo com Araújo (2005), a crise da masculinidade que ocorreu em meados as lutas pela igualdade de gênero fizeram com quem o pensamento social de lugar da mulher na

sociedade civil fosse repensada e assim também o seu papel histórico e cultural dentro dessa luta. É nessa crise da masculinidade que o homem percebe que seu papel como o senhor do poder é revisto e que a igualdade de gênero é modificada dentro das relações sociais e mesmo percebendo as dificuldades para que essa readaptação cultural aconteça a luta feminista continuou a procura do seu lugar na sociedade, como mulher independente.

A sociedade exige uma diferenciação de gênero, assim como também exige uma diferenciação do que é ser travesti e o que é ser transexual, é uma necessidade de categorizar as diferenças de gênero. Bento (2014), vem declarar que estudar a diferença de travesti e transexuais é bem complexa, pois exigem conhecer suas vivências, ideias e seu psicológico, pois a sociedade por não compreender faz acontecer a exclusão das travestis e transexuais marginalizando seu comportamento por acreditarem não está dentro de um padrão normativo.

Bento (2014), traz também a fala que é difícil por limites em uma categorização do que é ser travesti, transexual, transformista, lésbica, gay, e várias outras formas de expressar o gênero. Isso pode ser percebido dentro de nossa sociedade atual, pois com diversas formas do ser humano de se expressar quem ele realmente é através do gênero, a raiz cultural e histórica de feminino e masculino está sendo diariamente modificada e atualizada.

Para Vasconcellos (2014), a definição de travestis é o sujeito que sente vontade de se alto modificar com traços femininos, colocando próteses na maioria das vezes e vestindo roupas femininas, mesclando o feminino e o masculino, já a transexual é o sujeito que nasce com o sexo biológico mais não se adequa a ele e se identifica com o sexo oposto, não se sentindo com o órgão sexual que lhe é atribuído, gerando uma necessidade de resignação sexual.

Jesus (2012), compreende que para o sujeito transexual ter sua saúde psicológica garantida ela precisa ter seus direitos garantidos, assim como a aceitação pessoal e a aceitação social que vem atrelada a garantia de seu nome social em decorrência com a garantia de livre acesso a banheiros públicos condizentes com sua identidade de gênero tanto em setores públicos e privados. O que irá fortalecer a sua identidade social.

A transexualidade por sua vez, é de fato uma forma de identificação, onde não se aplica a orientação sexual frente a identidade de gênero e vem ser distinguida conforme o amadurecimento psicológico do sujeito frente sua demanda interior (JESUS, 2012). Sendo assim a identidade de gênero vem sendo construída através das relações que o sujeito tem com o meio externo através dos símbolos e significados a eles atrelados em conjunto com seu processo de subjetivação.

Carrieri (2014), abrange o discurso de que as transexuais no quesito empregabilidade, procuram outras maneiras que não seja se prostituir, elas buscam empregos formais no mercado

de trabalho, mais que muitas das vezes não conseguem pela aparência feminina e masculina. Com isso podemos perceber a importância da discussão de gênero das organizações e optar não apenas pela aparência que o sujeito tem, mais por sua capacidade de produção.

Conforme Vasconcellos (2014), as empresas procuram pessoas competentes para ocupar os cargos em postos nos setores de trabalho, e competências é o conjunto de habilidades, conhecimento, responsabilidade, e atitudes necessárias para obter bons resultados. Se tratando da empregabilidade de travestis e transexuais é de suma importância ressaltar que nos como sociedade, temos essa responsabilidade, e principalmente pessoas que são donas de grandes empresas, pois a empregabilidade desses sujeitos acarretam na organização social e vai muito além disso, vai além de perfil e inicia nas competências que é o ponto principal para a empregabilidade de qualquer pessoa.

Falar sobre a empregabilidade de travestis e transexuais é vista de certo modo, como uma conquista ainda muito distante, já que primeiro deve-se falar sobre a proteção a agressões sofridas por esses sujeitos, seja ela física, psicológica ou moral, em um país onde a própria polícia comete agressões a esses indivíduos fica muito mais distante ver uma sociedade educada e ética, que venha a se comprometer em mudar essa visão marginalizada quando se fala sobre a diversidade de gênero (SILVA et al, 2016).

Vasconcellos (2014), traz como estratégia levar a diversidade para as organizações no geral, promovendo a sociabilidade e quebra de vários preconceitos atrelados e aculturados, para que assim os as pessoas se percebam como sujeitos diferentes e não como ameaças. Se essa responsabilidade social partir das organizações seja elas empresas e governos as pessoas iriam ter uma reeducação e uma compreensão maior das diferenças de gênero e sexualidade e isso acarretaria em uma postura mais ética e humanizada por parte de todos.

5. AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

Com demandas evidentes no combate a discriminação e homofobia, uma questão a ser levantada é a atuação dos órgãos públicos na inserção dos transgêneros no mercado de trabalho, visto que a implantação de medidas eficientes é de suma importância para garantir a dignidade humana e social dessas pessoas, que majoritariamente, no cenário atual são excluídas. Com iniciativa do Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada foi criado no ano de 2004, o programa “Brasil sem homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, onde um objetivo norteador “é a educação e a mudança de comportamento de gestores públicos” (CONSELHO, Nacional de Combate à

Discriminação, 2004, p.11). O incentivo a adoção de medidas que consiga incorporar os transgêneros as empresas é o gatilho para desenvolver um processo de posicionamento ético inclusivo das organizações, visto que o programa almeja a:

Implementação de políticas de combate à discriminação a gays, lésbicas e travestis no ambiente de trabalho; apoiar e fortalecer a rede de Núcleos de Combate à Discriminação no Ambiente de Trabalho das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego; ampliar a articulação com o Ministério do Trabalho, na implementação de políticas de combate à discriminação no ambiente de trabalho, incluindo nos programas de políticas afirmativas existentes, como GRPE (Gênero, Raça, Pobreza e Emprego) e da fiscalização do trabalho, o combate à discriminação de gays, lésbicas e travestis, bem como de políticas de acesso ao emprego, trabalho e renda; desenvolver, em parceria com o Ministério do Trabalho, programa de sensibilização de gestores públicos sobre a importância da qualificação profissional de gays, lésbicas e travestis, nos diversos segmentos do mundo do trabalho, contribuindo para a erradicação da discriminação (CONSELHO, Nacional de Combate à Discriminação, 2004, p.11).

Embasado em tais afirmações pode-se estabelecer que há uma lacuna entre a objetividade do programa e a sua implementação prática, tornando-a assim ineficiente diante a demanda. É necessário então, através de mobilização efetiva a fiscalização dos direitos garantidos e o reforço para medidas que existentes nas organizações. Portanto, é válido ressaltar que a informação e propaganda governamental se faz necessária para a conscientização da sociedade e o fortalecimento da conduta inclusiva das empresas. Assim como afirma Moura, 2015:

Atos legais de proteção aos direitos humanos, quando restritos à esfera legislativa, sem encontrar nenhuma ação concreta que reflita o cotidiano de uma população, são tão prejudiciais às vítimas da exclusão social, quanto às violações diretas, pois existem direitos que não são observados, respeitados e concretizados (p. 83 – 84).

Sturza (2015), afirma que para agir com base na constituição o estado precisa enxergar as pessoas transexuais como cidadãos, assegurando seus direitos, como por exemplo, o de constar em seu registro civil seu sexo e seu nome social com base sua afirmação como pessoa. Por esse motivo se faz necessário uma maior visibilidade para as pessoas trans por parte do estado, fazendo com que os órgãos públicos reproduzam na prática sua responsabilidade social frente as decisões transexualizadoras do sujeito para que assim ele possa sentir-se reconhecido perante a sociedade quebrando o estereótipo marginalizado.

6. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA FRENTE A TRANSEXUALIZAÇÃO

Uma das premissas do Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 1/1999, de 22 de março de 1999, promove o aconselhamento para os profissionais da psicologia como forma de respeito e acolhimento ao sujeito livremente de qualquer decisão transexualizadora do seu corpo, com o objetivo de tornar efetiva os atos legais constitucionais referentes a saúde, ao atendimento humanizado e livre de qualquer preconceito. Conseqüente, é essencial que os profissionais consigam enxergar todo o contexto social que o sujeito vivencia, e intervir como instrumento de apoio para o mesmo.

Desse modo o código de ética do psicólogo vem afirmar que o profissional deve ter seu trabalho baseado na promoção de cidadania, liberdade e igualdade, embasado na declaração universal dos direitos humanos, assegurando assim a integridade humana, promovendo a saúde biopsicossocial, eliminando qualquer forma de discriminação e negligência por qualquer motivo que seja, fazendo jus a sua responsabilidade social (CFP, 2005).

A função da assistência psicológica é promover a auto construção do sujeito através de informações sobre a diversidade de gênero, além de deixar claro os benefícios físicos e psicológicos do processo de resignação sexual, como também, deixar claro os riscos do procedimento, sendo assim, o psicólogo deve ter um embasamento sobre questões de gênero e sexualidade a fim de superar os parâmetros da heteronormatividade.

O (CFP, 2005) também aponta que a responsabilidade do psicólogo pela despatologização das identidades transexuais e travestis considerando suas experiências como legítimas no campo de conhecimento de si mesmo. No ponto de vista da diversidade sexual o psicólogo tem que promover a cidadania e o autoconhecimento.

O acompanhamento psicológico disponibilizado pelo Ministério da Saúde visa o acompanhamento ao sujeito em todo seu processo transexualizador, presando a escuta e o acolhimento agindo como instrumento de apoio ao sujeito, tendo em vista identificar qualquer aspecto que não corresponde com a vivência da pessoa trans, como traumas, transtornos ou qualquer deformidade de caráter psíquico, com a finalidade de promover a saúde do sujeito.

7. O PAPEL DA FAMÍLIA NA ESCOLHA PROFISSIONAL

A família é o espaço de interação do sujeito, onde é possível observar os seus processos de maturação, e é onde ele constrói vínculos afetivos que irão fazer parte do seu processo de construção pessoal (TEIXEIRA, 2005). Assim para a mulher trans o papel da família frente sua

construção social e pessoal assim como sua identidade de gênero é visto como de extrema importância para a realização de projetos futuros de construção social e profissional.

Para Santos (2005), a família é um dos pontos principais para que o indivíduo consiga realizar de forma satisfatória as suas escolhas, e é através do núcleo familiar que o sujeito receberá o suporte necessário diante de suas tomadas de decisões, o que permitirá que o sujeito estabeleça foco diante das preferências e seus enfrentamentos. Desse modo a família tem como responsabilidade orientar a mulher trans a continuar sua formação acadêmica e está sempre deixando claro o espaço acolhedor para os momentos difíceis no decorrer da vida desse sujeito.

Teixeira (2005) ressalta que o sujeito precisa se ver na necessidade da aprovação da família e se ver em atuação no campo de trabalho desejado, para que assim possa ter a condecoração social. Mas para que isso aconteça é necessário que a família em primeira instância apoie o sujeito em suas decisões sem colocar a frente o seu desejo, deixando que ela faça sua própria escolha profissional dentro do campo de atuação que ela sinta-se mais confortável mediante sua condição.

Um dos pontos principais para a orientação dessas mulheres, seria ter a ajuda de profissionais que ajudassem no momento de sua escolha profissional, já que por não ter uma oportunidade clara de estar em um campo de atuação onde elas sintam-se satisfeitas possam fazer uma escolha mais assertiva, é o que afirma Abade (2005), trazendo a visão de que a orientação profissional no decorrer de toda sua história, tinha como intuito principal, formar os indivíduos para o campo de trabalho fazendo com que eles se sentissem realizados no seu campo de atuação.

Com o uso da tecnologia podemos encontrar alguns sites que oferecem a orientação profissional online, já em algumas universidades e alguns cursinhos oferecem essa ferramenta também para orientar as pessoas nessa escolha, mesmo sabendo que muitos dos que estão na universidade já tem sua pretensão profissional (SILVA, 2004). Isso só está disponível para uma gama da sociedade que já tem uma orientação para adentrar em um curso superior, o que não está dentro da realidade social das pessoas transexuais, que na maioria das vezes precisa adentrar no mercado de trabalho informal ligado a prostituição para poder sobreviver.

Almeida (2011) também vem explicar a influência que a família tem diante a construção do sujeito, pois é perpassada de geração a geração. O que de certa maneira pode influenciar de forma positiva ou negativa na vida dessa mulher trans, tanto no seu lado pessoal com a aceitação de sua identidade de gênero como também no seu futuro profissional e pessoal.

Almeida (2008) acredita que a construção da identidade social do sujeito vem sendo construída conforme as figuras de convivência, pois a sociedade contempla diferentes tipos de

referências assim como a família. Nesse contexto pode-se dizer que a família por sua vez tem uma grande influência dentro das identificações sociais para a mulher trans, o que irá fortalecer o dinamismo entre os vínculos das representações do trabalho e a vida do sujeito.

Mesmo com as diversas mudanças sociais que vem acontecendo durante todo tempo, o contexto familiar e seu papel ainda é apontado como sendo a instituição mais afetiva e que tem significado de proteção no processo de maturação desses sujeitos, e isso acontece em diferentes culturas e contextos sociais (LEVANDOWSKI, 2012). Sendo assim a mulher trans pode estar inserida em diferentes contextos sociais e culturais, a influência da família na sua construção como sujeito sempre vai existir, principalmente na tomada de decisão no momento de escolha de uma carreira profissional.

8. INSERÇÃO DAS MULHERES TRANS NO MERCADO DE TRABALHO

A escola tem uma fundamental importância para a inserção das mulheres trans no mercado de trabalho pois é dependendo do nível de escolaridade que esse sujeito poderá ter acesso a essa oportunidade (SOUZA, 2016). Mesmo com o papel de ser um espaço de produção de subjetividade e de valores a escola passa a fazer parte do processo de exclusão motivada pela intolerância contra a diversidade de gênero (BENTO, 2011).

Como podemos imaginar, as dificuldades das mulheres transexuais se iniciam no âmbito familiar, a partir do momento em que os mesmos são submetidos a se encaixarem nos comportamentos sociais, diferente do que de fato eles queriam agir e que tende a crescer ao longo das suas vivências, principalmente no meio escolar, fazendo com que muitas das vezes acabem por se afastarem de tudo para a amenização de toda essa ansiedade. No entanto, a escolaridade é um fator primordial para o acesso ao mercado de trabalho no contexto atual, mesmo quando as atividades exigem pouco esforço intelectual (BERNARDO, 2009). Mediante isso, fica notório as dificuldades em que as mulheres transexuais têm de serem inseridas no meio social e de trabalho.

Para Souza (2014), a compreensão da transexualidade insere-se no contexto das expectativas sociais atribuídas a capacidade do sujeito em não poder se articular diante das exigências do meio social. Dessa forma, a sociedade acaba por não compreender a transexualidade através do componente emocional, subjetivo do sujeito, mas sim, tendem a reduzi-lo ao aspecto biológico, onde o fator predominante seria biótipo masculino/femino. Por esta razão, “identificando-se com os elementos tidos como do sexo oposto ao seu e submetendo-se a tratamentos cirúrgicos e/ou hormonais para adequar seu corpo à sua condição psicológica” (SOUZA,

2015, P. 159). Desse modo, a necessidade de incorporar as qualidades emocionais sobrepõem o determinante biológico, fazendo com que a mulher trans, sinta a necessidade de assumir sua identidade feminina.

O trabalho tem uma fundamental dimensão na vida do ser humano e a atividade profissional interfere diretamente na forma que o indivíduo se identifica e se posiciona socialmente. O mercado de trabalho passa a ser motivo de sofrimento na vida desses indivíduos a partir do momento em que criam normas e condutas, nas quais os transexuais acabam por não se identificarem. “A precariedade social acaba acarretando inúmeros problemas na vida do sujeito, inclusive o desgaste mental” (SOUSA, 2011).

Souza (2012), relata que as dificuldades da mulher trans em conseguir adentrar no mercado de trabalho formal já se inicia no momento de escolha de uma profissão. Pois é evidente que ao procurar o mercado de trabalho ela sofre o preconceito institucionalizado pelo simples fato de se ver como trans.

Por acreditar que o trabalho é um dos mecanismos de socialização e produção de subjetividade (MARTENDAL, 2015) atribui a sua importância no reconhecimento da mulher trans como sujeito contribuinte para a manutenção da sociedade, reconhecendo sua mão de obra como produto e não sua identidade de gênero.

O trabalho como fator primordial na vida social do sujeito, acaba por sua vez reproduzindo todas as formas dos padrões heteronormativos vigentes na sociedade (JECEWICZ, 2011). Isso acarreta na exclusão das pessoas transexuais privando e diminuindo sua acessibilidade no mercado de trabalho formal por motivos culturais ligados a falta de informação e de uma educação baseada na promoção da cidadania e da igualdade.

A educação e o trabalho possibilitam que o sujeito adentre no meio social, facilitando a vida das mesmas e as encorajando para seguir a diante. Educação e trabalho é direito de todos e a não inserção das mulheres transexuais acaba desconstruindo um modelo social por ir de contra tudo que foi implantado, acarretando assim um problema conseguinte do outro (JECEWICZ, 2011).

Por não saberem como agir frente a diversidade de gênero e orientação sexual, as empresas acabam por não promoverem iniciativas voltadas a diversidade de gênero, sendo assim, se faz necessário políticas voltadas a responsabilidade social na inserção dessas mulheres frente ao mercado de trabalho, promovendo a diversidade e responsabilidade diante nossa realidade social (JECEWICZ, 2011).

Sendo assim, se faz necessário uma visão biopsicossocial, para que as transexuais possam de fato estarem inseridas como tais no meio social, e assim possam ter acesso a todos os direitos vigentes e a todas as possibilidades de trabalho e de vida.

9. CONCLUSÕES

A partir da roda de conversa realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Ceara (IFCE), na cidade de Juazeiro do Norte com 40 alunos do ensino médio, foi discutido os aspectos relevantes acerca da orientação profissional das mulheres transexuais, assim como foi abordado a representação social da família frente a essa escolha, o posicionamento das empresas frente as dificuldades de inserção e seu papel social, entre outros pontos pertinentes.

Para iniciar a roda de conversa foi questionado sobre o conhecimento dos alunos referente a representação social, onde em sua maioria trouxeram respostas embasadas no modelo social capitalista colocando a profissão a frente daquilo que o sujeito representa, o que deixou claro que para eles há a necessidade de que o sujeito procure uma profissão representada socialmente como bem remunerada e satisfatória para só assim ele ser reconhecido.

Quando indagados sobre o que é identidade de gênero houve em sua maioria uma dificuldade em responder sobre a questão, revelando assim o desconhecimento sobre a temática perpassando a visão binária de que identidade de gênero se resume apenas no masculino e feminino. Visto isso fica claro necessidade de levar a temática para dentro do ambiente acadêmico para que desde essa fase o sujeito já consiga compreender a diversidade social.

Referente ao posicionamento que as instituições governamentais vêm realizando em combate a homofobia e transfobia, foi questionado aos alunos quais as ações que as instituições deveriam tomar para que não houvesse preconceito com alunos trans, frente ao questionamento responderam que seria necessário a criação de umas políticas educacionais voltadas para a diversidade sexual e de gênero.

Adentrando no campo familiar, levantou-se a questão de como as famílias dos sujeitos trans deveriam se posicionar frente a sua identidade de gênero e escolha profissional, nessa questão os alunos, em sua maioria, tiveram uma resposta significativa voltada a aceitação e apoio familiar no processo de transição do sujeito, e que através desse apoio o sujeito teria um suporte para lidar melhor com os empecilhos decorrentes do preconceito existentes na sociedade ressaltando a ideia de que é desse contexto familiar que flui boa parte da formação

social do sujeito e referente a sua escolha profissional ficou claro que a família tem importante papel na vida acadêmica do sujeito trans e na sua escolha profissional.

Foi discutida quais ações as empresas poderiam realizar para a inserção das mulheres trans no mercado de trabalho fazendo com que elas procurem uma profissão que lhe traga uma realização pessoal e social. A resposta foi bem debatida trazendo ideias de que as empresas poderiam realizar seleções que englobassem candidatas transexuais, mostrando um posicionamento livre de preconceitos e aberto a diversidade, enxergando as competências do sujeito como principal fator de contratação.

A partir das falas dos alunos pode-se perceber que a representação da família frente a escolha profissional das mulheres transexuais está atrelada a aceitação da mesma no momento de identificação de gênero, como também o enfrentamento da mulher para lidar com os preconceitos atrelados a sociedade que refletem nas instituições, deixando de lado o respeito ao outro como forma de conviver socialmente e de respeito para com o próximo. A família acaba por sua vez tendo como responsabilidade orientar nas escolhas do sujeito, tanto na vida pessoal como profissional.

Já no quesito empresarial é inegável que as empresas devem procurar ações que visem trazer benefícios para a sociedade conscientizando-se do seu papel no desenvolvimento social, respeitando a diversidade, reduzindo por sua vez a desigualdade social. É por esse motivo que as organizações têm um importante papel na escolha profissional das mulheres transexuais, pois criando políticas de inclusão e abrindo as portas do mercado de trabalho formal acaba por sua vez servindo como estímulo para que as mesmas continuem sua formação acadêmica e escolham uma profissão que venha trazer realização pessoal.

Outro ponto evidenciado é que as escolas por serem instituições de caráter educativo e social deve também estar preparada para lidar com as diferenças de gênero, fazendo uma integração da teoria e prática no contexto escolar, promovendo discussões acerca da temática, pois é evidente que o ambiente escolar é de fundamental importância na formação do sujeito assim como na formação da cidadania e da liberdade de escolha, onde por sua vez precisa estar apta as atualizações do contexto social que estamos inseridos.

É evidente que a falta de conhecimento é um ponto decisivo para a compreensão e entendimento sobre os fatores que englobam a problemática debatida, trazendo a reflexão do quanto é importante a formação de uma sociedade capacitada para lidar com a diversidade humana, também necessária uma maior atenção por parte das instituições em debater políticas educativas para que a mulher transexual consiga ter acesso a seus direitos como cidadã perante a constituição.

Sendo assim se faz necessário abordar a temática por ter um caráter social e se tratar de um assunto com grande relevância para a construção de uma sociedade ética e comprometida com a visão biopsicossocial para uma sociedade igualitária e comprometida com seu fazer social no quesito empregabilidade e escolha profissional das mulheres transexuais.

10. REFERÊNCIAS

- ABADE, F. L. Orientação Profissional no Brasil: Uma Revisão Histórica da Produção Científica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2005, 6 (1), pp. 15 – 24. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 07, nov 2017.
- ALMEIDA, M. E. G. G; MAGALHANES, A. S. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional jul.-dez. 2011, Vol. 12, No. 2, 205-214**. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 07, nov 2017.
- ALMEIDA, M. E. G. G; PINHO, L. V. **Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional**. PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.20, N.2, P.173 – 184, 2008. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 12, nov 2017.
- ARAÚJO, M. F. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.17, N.2, P.41 – 52, 2005. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.
- BENTO, B. **A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(2): 687-702, maio-agosto/2014. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.
- BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. 2011. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 15, nov 2017.
- BERTONCELLO, S. L. T.; JÚNIOR, J. C. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **FACOM - nº 17 - 1º semestre de 2007**. Disponível em: <www.faap.br>. Acesso em: 07, nov 2017.
- CARIRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. **Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais**. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 1/1999, de 22 de março de 1999.
- CONSELHO, Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.
- JACEWICZ, C. C. **Identidade travesti e exclusão social sob a perspectiva da psicologia histórico – cultural**. 2011. Disponível em:<www.sies.uem.br>. Acesso em: 15, nov 2017.
- JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Autor, 2012.
- LEVANDOWSKI, D. C. **Projetos para os filhos e estratégias de socialização: a perspectiva de pais e mães**. Disponível em:<www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.
- MARTEDAL, L. **Experiencia(s) profissionali(s)? Relatos de mulheres transexuais**. 2015. Disponível em:<repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 15, nov 2017.
- MELO, M. C. H.; CRUZ, G. C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em:<www.periodicos.uem.br>. Acesso em: 15, nov 2017.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P.; SOARES, D. H. P. A Orientação Profissional no contexto da Educação e Trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2004, 5 (2), pp. 31 – 52. Disponível em: <atividadeparaeducacaoespecial.com>. Acesso em: 07, nov 2017.

MOURA, Renan Gomes de. Políticas Públicas como ferramenta de equidade entre (Trans) gêneros no mundo do trabalho. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 29, p. 77-87, dez. 2015.

PSICOLOGIA, XIII PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília:CFP, 2005.

SANTOS, A. B.; SHIMIZU, H. E.; MERCHAN-HAMANN, E. **Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito**. **CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA**, 19(11):4545-4554, 2014. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.

SANTOS, G.T.; DIAS, J. M. B. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da**

SANTOS, L. M. M. **O papel da família e dos pares na escolha profissional**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.

SILVA, G. W. S.; SOUZA, E. F. L.; SENA, R. C. F.; MOURA, I. B. L.; MIRANDA, F. A. N. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Rev Gaúcha Enferm**. 2016 jun;37(2):e56407. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 07, nov 2017.

SOUZA, D. E. S.; COSTA, B. L. S.; RODRIGUES, E. M. **A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho**. 2016. Disponível em:<www.inovarse.org>. Acesso em: 15, nov 2017.

SOUZA, H. A. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. Disponível em:<www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>. Acesso em: 15, nov 2017.

VASCONCELLOS, L. T. **Travestis e transexuais no mercado de trabalho**. Disponível em:<www.inovarse.org>. Acesso em: 07, nov 2017.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. **Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional**. n. 11 | 2014 | p. 157-175. Disponível em: <periodicos.ufrn.br>. Acesso em: 12, nov 2017.

TAJRA, I. **Roda de conversa como instrumento para criação de grupos de interação social e educacional em saúde relato de experiência**. 2015. Disponível em:<www.eps.otics.org>. Acesso em: 12 nov 2017.

TEIXEIRA, M. A. R.; HASHIMOTO, F. Família e escolha profissional: a questão espacial, temporal e o significado dos nomes. **Pulsional: revista de psicanálise**. Ano 18, n. 182, junho/2005. Disponível em: <http://editoraescuta.com.br>. Acesso em: 12, nov 2017.

UNIFAP. Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan.-jun. 2015. Disponível em: <periodicos.unifap.br>. Acesso em: 12, nov 2017.

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, 2007, Vol. 41, Num. 3 pp. 379-390. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 07, nov 2017.